**EXTRATO DE DECISÃO
PROCESSO: 38237/2017**

NOME DO INFRATOR: BERACA SABARA QUIMICOS E INGREDIENTES
INFRAÇÃO: Art. 118, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995.
DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 93, da Lei Estadual nº 5.887/1995 e art. 60, da Lei Federal nº 9.605/1998, em consonância com o art. 70, da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225, da Constituição Federal de 1988.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, através de seu titular, aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 2.500 UPF's, referente ao Auto de Infração nº 10933/2017/GERAD, e considerando que houve comprovação do cumprimento da penalidade (conforme pagamento do DAE 712289195259), sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

**EXTRATO DE DECISÃO
PROCESSO: 2540/2019**

NOME DO INFRATOR: POSTO ICCAR LTDA
INFRAÇÃO: Art. 118, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995.
DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 66, parágrafo único, inciso II, do Decreto Federal nº 6.514/2008 e art. 81, do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70, da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225, da Constituição Federal de 1988.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, através de seu titular, tornou SEM EFEITO o Auto de Infração nº AUT-1-S/19-01-00062 - GERAD, ante a incidência da prescrição, nos termos do art. 21, do Decreto Federal nº 6.514/2008, o que tornou o auto em comento incapaz de produzir efeitos, sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

**EXTRATO DE DECISÃO
PROCESSO: 7635/2019**

NOME DO INFRATOR: AURELINO CARDOSO SOBRINHO
INFRAÇÃO: Art. 118, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995.
DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 93, da Lei Estadual nº 5.887/1995 e art. 66, do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70, da Lei Federal nº 9.605/1998, art. 225, da Constituição Federal de 1988 e art. 1º, §2º, da Instrução Normativa 13/2011.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, através de seu titular, aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 400 UPF's, referente ao Auto de Infração nº AUT-19-02/0780451, e considerando que houve comprovação do cumprimento da penalidade (conforme pagamento do DAE 712289186757), sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

**EXTRATO DE DECISÃO
PROCESSO: 38236/2020**

NOME DO INFRATOR: DISTRIBUIDORA SÓ AVES LTDA-ME
INFRAÇÃO: Art. 118, inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995.
DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 81, inciso III e VI, da Lei Estadual 6.381/2001 e art. 16, inciso I, da Lei Estadual nº 6.381/2001, em consonância com o art. 70, da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225, da Constituição Federal de 1988.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, através de seu titular, aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 3.000 UPF's, referente ao Auto de Infração nº AUT-1-S/20-12-00273 - GERAD, e considerando que houve comprovação do cumprimento da penalidade (conforme pagamento do DAE 712289121583), sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

**EXTRATO DE DECISÃO
PROCESSO: 17019/2013**

NOME DO INFRATOR: MAX DOMINI SERVIÇOS POSTMOS LTDA
INFRAÇÃO: Art. 118, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995.
DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 93 e 94, da Lei Estadual nº 5.887/1995 e art. 8º, incisos I, II e III da Resolução CONAMA nº 237/97, em consonância com o art. 70, da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225, da Constituição Federal de 1988.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, através de seu titular, tornou SEM EFEITO o Auto de Infração nº 3736/2013/GERAD, ante a impossibilidade de se exigir conduta do administrado não prevista em lei, o que tornou o auto em comento incapaz de produzir efeitos, sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

NOTIFICAÇÃO Nº.: 129706/CONJUR/2020

Á
AGROFLORESTAL E INDUSTRIAL SERRA AZUL LTDA - ME
End: GLEBA CURUÁ, LOTE 377, MD. KM 1130, SN, BAIRRO: ZONA RURAL
CEP: 68.371-000 ALTAMIRA - PA

Notificamos V.S^a. que, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo nº 20696/2017, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, através de seu titular, julgou procedente o Auto de Infração nº 4646/2017/GERAD em face de AGROFLORESTAL E INDUSTRIAL SERRA AZUL, em virtude do desrespeito aos ditames legais do art. 66, Parágrafo Único e inciso II do Decreto Federal nº 6.514/2008, enquadrando-se art. 118, I e VI, da Lei Estadual nº 5.887/95, em consonância com o art. 70, da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225, da Constituição Federal de 1988, aplicando-lhe a penalidade de MULTA SIMPLES no valor de 3.000 UPF's, cujo recolhimento deverá ser procedido no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, consoante o disposto nos artigos 115; 119, II; 120, I; 122, I, da Lei Estadual nº 5.887/95.

Esclarecemos que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento desta notificação, importará o acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculado cumulativamente sobre o valor do débito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto

nos artigos 142 e 144 §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados da ciência desta notificação, sendo possível o parcelamento em até 8 vezes mensais, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08. Com efeito, informamos que a V.Sa. poderá recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento deste instrumento, conforme dispõe o art. 143 do referido diploma legal.

Protocolo: 864673**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE
DO ESTADO DO PARÁ****DIÁRIA****PORTARIA Nº. 751 DE 17 DE OUTUBRO DE 2022**

I - Autorizar o deslocamento da servidora conforme abaixo, para os municípios de Tucuruí, Novo Repartimento, Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Marabá e Itupiranga-PA, de 16 a 22/10/2022:

Servidor	Objetivo
Jossandra Carvalho da Rocha Pinheiro, matrícula nº 55585772, ocupante do cargo de Gerente.	Realizar atividades Administrativas do Mosaico Lago de Tucuruí nos municípios de abrangência da Região.

II - Conceder 6,5 (seis e meia) diárias, a servidora acima, conforme o processo nº 2022/1238728 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.

KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

PORTARIA Nº. 755 DE 17 DE OUTUBRO DE 2022

I - Autorizar o deslocamento dos servidores conforme abaixo, para o município de Salinópolis-PA, de 22 a 23/09/2022:

Servidor	Objetivo
Nívia Gláucia Pinto Pereira, matrícula nº 57175336, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Meio Ambiente.	Acompanhar as atividades de demarcações para sinalização de áreas sobrepostas por empreendimentos no MoNa Atalaia.
Márcia Tatiana Vilhena Segtowich Andrade, matrícula nº 57222698, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Ambiental.	Acompanhar as atividades de demarcações para sinalização de áreas sobrepostas por empreendimentos no MoNa Atalaia.
Carla Andrya Silva de Oliveira, matrícula nº 5942874, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional.	Apoio operacional e logístico no interior e exterior da Unidade para as atividades de demarcações para sinalização de áreas sobrepostas por empreendimentos no MoNa Atalaia.
Welliton Carlos Ramalho, matrícula nº 5923530, ocupante do cargo de Motorista.	Conduzir veículo oficial para transporte dos servidores em atividade Institucional.

II - Conceder 1,5 (uma e meia) diárias, a cada servidor, conforme o processo nº 2022/1222614 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.

KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Protocolo: 865021**SECRETARIA DE ESTADO
DE SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA SOCIAL****ERRATA****ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO DOE Nº 35.152 DE 17/10/2022
(PROTOCOLO: 864372)****Onde lê-se:****TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 183/2022 - SEGUP**

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 1562036 - SSP/PA e inscrito no CPF/MF sob o nº 304.401.902-82, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, II, da Lei 8.666/93, em conformidade com o art. 193, II da Lei Federal 14.133/2021, e a PORTARIA Nº 007/2018 - GAB IESP, Portaria 012/2019-GAB IESP, Resolução nº148/2015, nº149/2015, nº 214/2017, nº311/2019, nº355/2020, todas oriundas do Conselho Superior do Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará - IESP para contratação do senhor